



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
**ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE**

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO**

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES\*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

\*Afastado para exercício de mandato eletivo

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

**SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR**

DELFINO COSTA NETO

**DIRETOR DO CAOP**

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

**DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

**CHEFE DE GABINETE**

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

**DIRETOR GERAL**

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

**DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO**

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

**DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO**

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

**DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

**DIRETORA DE PESSOAL**

DILMA ALVES DE QUEIROZ

**DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

**CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA**

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO**

JANAINA RIBEIRO SOARES

**DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA**

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 4 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1222/2018.

Interessado: Dra. Hylza Paiva Torres de Castro, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1930/2018.

Interessado: Dr. Delfino Costa Neto, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1973/2018.

Interessado: Dr. Ary de Medeiros Lages Filho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1976/2018.

Interessado: Dr. Thiago Riff Narciso, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1979/2018.

Interessado: Dr. Marcus Vinicius Batista Rodrigues Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1981/2018.

Interessado: Dr. Ricardo de Souza Libório, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1984/2018.

Interessado: Dra. Ariadne Dantas Menezes, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1989/2018.

Interessado: Dr. Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1992/2018.

Interessado: Dr. Isaac de Medeiros Santos, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1995/2018.

Interessado: Dr. Kleytione Pereira Sousa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2000/2018.

Interessado: Dr. Paulo Victor Sousa Zacarias, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2005/2018.

Interessado: Dr. Sérgio Ricardo Vieira Leite, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2008/2018.

Interessado: Dr. Dênis Guimarães de Oliveira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2010/2018.

Interessado: Dra. Jheise de Fátima Lima da Gama, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À DG para instruir o feito. Em seguida à d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2073/2018.

Interessado: Procuradoria Geral do Estado.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

O SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 4 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1147/2018.

Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves Filho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face do cadastro no SAJ/MP (Proc. 02.2018.00001734-0), arquivem-se estes autos físicos.

Proc: 2009/2018.

Interessado: Dra. Jheise de Fátima Lima da Gama, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 2021/2018.

Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 21 DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 01.2018.00000436-6.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 01.2017.00001668-0.

Interessado: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Assessoria Técnica, determinando a anexação destes autos ao Proc. SAJ MP 06.2017.00001101-9 (PIC PGJ n. 03/2017).

Proc: 01.2018.00001969-2.

Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face dos documentos acostados às fls. 01/08, remeta-se a presente notícia à 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios para adoção das providências que entender necessárias.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 4 de julho de 2018.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público  
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 293, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2018.00002601-6, RESOLVE designar o Dr. MÁRCIO JOSÉ DÓRIA DA CUNHA, Promotor de Justiça de Taquarana, de 1ª entrância, para funcionar nos Autos nº 0800107-89.2017.8.02.0064, em tramitação na Vara do Único Ofício de Taquarana.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 294, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no SAJ/MP nº 02.2018.00002748-1, RESOLVE designar o Dr. HERMANN BRITO DE ARAÚJO LIMA JÚNIOR, 3º Promotor de Justiça de São Miguel dos Campos, para apresentar o Ministério Público do Estado de Alagoas no Conselho Municipal de Segurança do município da Barra de São Miguel.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 295, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1646/2018, RESOLVE designar o Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, para integrar o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 139, de 20 de março de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 296, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Proc. 1029/2018, RESOLVE designar o Dr. UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, 44º Promotor de Justiça da Capital, para compor o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas – FETIPAT/AL.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 297, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1638/2018, RESOLVE designar a Dra. VIVIANE KARLA DA SILVA FARIAS, Promotora de Justiça de São Sebastião, de 1ª entrância, para funcionar nos Autos nº 0700393-44.2017.8.02.0069, em tramitação na 5ª Vara Criminal de Arapiraca.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 298, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. ELOÁ DE CARVALHO MELO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para responder, com prejuízo de suas funções perante a 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, pela 35ª Promotoria de Justiça da Capital, durante o afastamento da Promotora de Justiça designada, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 259, de 4 de junho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 299, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SÉRGIO RICARDO VIEIRA LEITE, Promotor de Justiça Substituto, de 1ª entrância, para responder pelas 3ª e 4ª Promotorias de Justiça de Palmeira dos Índios, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 282, de 21 de junho de 2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 300, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. FERNANDO PADILHA ALVES, 6º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, durante o afastamento do Promotor de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 301, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. VIVIANE KARLA DA SILVA FARIAS, Promotora de Justiça de São Sebastião, de 1ª entrância, para atuar, sem prejuízo de suas atuais funções, conjunta ou separadamente, com o Promotor de Justiça titular da 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 302, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. MAURÍCIO AMARAL WANDERLEY, 7º Promotor de Justiça de Arapiraca, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 10ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 303, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. RODRIGO SOARES DA SILVA, Promotor de Justiça de Girau do Ponciano, de 1ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas funções, pela 6ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, durante as férias do Promotor de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 304, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. EDELZITO SANTOS ANDRADE, 28º Promotor de Justiça da Capital, para funcionar nas audiências designadas para o dia 5 de julho do corrente ano, na Comarca de São José da Laje.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 305, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL, Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, com efeitos retroativos ao dia 2 de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 306, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de MARCONDES BATISTA AYRES, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 307, DE 4 DE JULHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE ratificar todos os atos praticados pelo Dr. CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA, 39º Promotor de Justiça da Capital, nos Processos SAJ/MP nºs: 0800073-75.2018.8.02.0001, 0728568-58.2017.8.02.0001, 0726355-79.2017.8.02.0001, 0711190-55.2018.8.02.0001, 0706514-98.2017.8.02.0001, 0723086-32.2017.8.02.0001, 0700653-97.2018.8.02.0001, 0800163-83.2018.8.02.0001, 0705553-26.2018.8.02.0001 e 0704675-38.2017.8.02.0001.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

ATO PGJ nº 9/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições previstas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual n. 15/1996, e considerando o disposto pelo art. 5º, § 2º, da Resolução nº 30/2008, com a redação dada pelo art. 1º, da Resolução nº 90/2012, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, RESOLVE suspender a concessão de férias e de licenças voluntárias, a partir do dia 7 de julho de 2018, até 15 (quinze) dias depois da diplomação dos candidatos eleitos, aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas que exerçam funções eleitorais, ressalvadas as situações excepcionais.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 4 de julho de 2018.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça

---

### **Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional**

---

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 4 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2054/2017  
Interessado: Dr. Max Martins de Oliveira e Silva – Promotor de Justiça.  
Assunto: Req. providências.  
Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2063/2017  
Interessado: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.  
Assunto: Solicitando providências.  
Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2256/2017  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios.  
Assunto: Solicitando providências.  
Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2611/2017

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo

Assunto: Req. equipamentos

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2623/2017

Interessado: Dra. Hylza Paiva Torres de Castro – Promotora de Justiça

Assunto: Solicitando providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2730/2017

Interessado: Dr. Nilson Mendes de Miranda – Promotor de Justiça.

Assunto: Solicitando providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 2740/2017

Interessado: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.

Assunto: Solicitando providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 3032/2017

Interessado: Dr. Jorge Luiz Bezerra da Silva – Promotor de Justiça

Assunto: Requerendo um monitor

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 3058/2017

Interessado: Núcleo de Defesa da Saúde Pública - Nudesp

Assunto: Solicitação de impressora

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 3333/2017

Interessado: Promotoria de Justiça de Cacimbinhas

Assunto: Solicitação de equipamentos de informática

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 3631/2017

Interessado: Promotoria de Justiça de Quebrangulo

Assunto: Solicitando providências

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 4114/2017

Interessado: Wagner Barros – Analista Jurídico

Assunto: Solicitando providências

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 4316/2017

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia.

Assunto: Solicitação de equipamentos de informática

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 4433/2017

Interessado: ESMP – Escola Superior do Ministério Público-AL

Assunto: Req. providências

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 4484/2017

Interessado: Promotoria de Justiça de Anadia

Assunto: Req. impressora

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 4927/2017

Interessado: Promotoria de Justiça de Taquarana

Assunto: Req. equipamentos

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 299/2018

Interessado: Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Assunto: Informação da equipe técnica

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, archive-se.

Proc: 951/2018

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo.

Assunto: Req. providências.

Despacho: Considerando o despacho do Procurador-Geral de Justiça, fl. 7, e as medidas tomadas pela Diretoria Geral com o envio do Memorando nº 11/2018, fl. 10, ao interessado, archive-se.

Proc: 1855/2018

Interessado: Dra. Marluce Falcão de Oliveira – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 1918/2018

Interessado: Dr. Rodrigo Soares da Silva – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 1945/2018

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias do servidor Flávio Vasconcelos Pais.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1948/2018

Interessado: Gerson Justino dos Santos – Assessor desta PGJ.

Assunto: Requerendo concessão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1956/2018

Interessado: Dr. Hamilton Carneiro Júnior – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1958/2018

Interessado: Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira – Diretora da Controladoria Interna desta PGJ.

Assunto: Requerendo suspensão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1961/2018

Interessado: Fernanda Karoline Oliveira Calixto - Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo concessão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1964/2018

Interessado: Dr. Max Martins de Oliveira e Silva – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo suspensão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1969/2018

Interessado: Maria Alany Lira Soares de Almeida - Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo suspensão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 2023/2018

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias do servidor Teógenes Cardoso Tenório Lisboa.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 2032/2018

Interessado: Isadora Aguiar Ferreira da Silva – Assessor Administrativo desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 4 de julho de 2018.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA  
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGAI n° 521, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1958/2018, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de PRISCILLA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA, Diretora da Controladoria Interna, com efeitos retroativos ao dia 21 de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 522, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1969/2018, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias de MARIA ALANY LIRA SOARES DE ALMEIDA, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, a partir do dia 16 de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 523, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1964/2018, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, Promotor de Justiça, com efeitos retroativos ao dia 21 de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 524, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1918/2018, RESOLVE conceder em favor do Dr. RODRIGO SOARES DA SILVA, Promotor de Justiça de Traipu, de 1ª entrância, portador do CPF N° 995.191.604-00, matrícula n° 8255299-1, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 219,24 (duzentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por cada meia diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 413,42 (quatrocentos e treze reais e quarenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Feira Grande, nos dias 12 e 19 de junho do corrente ano, por ter sido designado para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Feira Grande, conforme Portaria PGJ n° 217, de 9 de maio de 2018, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 525, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, e tendo em vista o contido no Proc. 1855/2018, RESOLVE conceder em favor da Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, 55ª Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, portador do CPF n° 235.341.254-87, matrícula n° 69105-4, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 704,64 (setecentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 25,07 (vinte e cinco reais e sete centavos), por cada

diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ n° 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.359,14 (um mil trezentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), em face do seu deslocamento à cidade do Salvador – BA, no período entre 3 e 5 de julho do corrente ano, para participar da I Mostra de Projetos do Ministério Público Brasileiro – Inovações e Resultados, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 526, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias da Dra. ADILZA INÁCIO DE FREITAS, Promotora de Justiça de União dos Palmares, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 527, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias da Dra. CÍNTIA CALUMBY DA SILVA, Promotora de Justiça de Penedo, referentes aos meses de julho e agosto do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 528, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. EDELZITO SANTOS ANDRADE, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 529, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. HUMBERTO HENRIQUE BULHÕES BARROS PAULA NUNES, Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 530, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. LUIZ JOSÉ GOMES VASCONCELOS, Promotor de Justiça da 51ª PJC, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 531, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias da Dra. MARIA LUISA MAIA SANTOS, Promotora de Justiça de Cajueiro, referentes ao mês de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 532, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. MARLISSON ANDRADE SILVA, Promotor de Justiça de Marimondo, referentes ao mês de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 533, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. FERNANDO PADILHA ALVES, Promotor de Justiça de Marechal Deodoro, referentes aos meses de julho e agosto do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 534, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias da Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, Promotora de Justiça da 55ª PJC, referentes ao mês de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 535, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO, Promotor de Justiça da 20ª PJC, referentes ao mês de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

PORTARIA SPGAI n° 536, DE 4 DE JULHO DE 2018

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. VICENTE JOSÉ CAVALCANTE PORCIÚNCULA, Assessor Técnico do Procurador-Geral de Justiça, referentes ao mês de julho do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional em Exercício

## Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 06/07/2018

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 8ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 06 de julho de 2018, quarta-feira, às 10h, a fim de que o Colégio aprecie as seguintes matérias:

Ata da 7ª Reunião Ordinária do CPJ em 2018;

Gabinete do PGJ/MPE/AL, 04 de julho de 2018.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

## Corregedoria-Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 02.2018.00001904-8.

Interessado: Obevania da Silva Santiago.

Natureza: Protocolo Unificado.

EXTRATO DA DECISÃO: Considerando o conteúdo das informações, encaminhadas pela Promotora de Justiça, acerca da Notícia de Fato n° 02.2017.00001887-6; e, tendo em vista a Manifestação da Assessoria Técnica desta CGMP/AL, determino o arquivamento do feito. Cientifiquem-se os Interessados do teor da presente Decisão. Oficie-se a Ouvidoria do Ministério Público de Alagoas. Publique-se. Após, archive-se. Maceió, 29 de maio de 2018.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 02.2018.00002048-8.

Interessado: Alberto Jorge Lemos de Melo Filho.

Natureza: Protocolo Unificado.

EXTRATO DA DECISÃO: Considerando o conteúdo das informações, encaminhadas pelo Promotor de Justiça, acerca da Notícia de Fato n° 02.2017.0000758-1; e, tendo em vista a Manifestação da Assessoria Técnica desta CGMP/AL, determino o arquivamento do feito. Cientifiquem-se os Interessados do teor da presente Decisão. Oficie-se a Ouvidoria do Ministério Público de Alagoas. Publique-se. Após, archive-se. Maceió, 29 de maio de 2018.

Lean Antônio Ferreira de Araújo  
Corregedor-Geral

## Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo  
e-mail: pj.2riolargo@mpal.mp.br

PORTARIA 0018/2018/02PJ-RLarg

Procedimento Preparatório n° 06.2018.00000156-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso das atribuições legais e prerrogativas conferidas pelo Art. 127, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis; e, com fundamento nos incisos II e III, do art. 129, da Constituição Federal, bem como nas atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei n° 8.625/93, Lei Complementar Estadual n° 015/96 e Resolução de n° 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público; e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Estadual é promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social; e

CONSIDERANDO a representação apresentada pelo Sr. Alex Fernandes dos Santos, brasileiro, casado, portador de RG nº 1.548.348-SSP-AL; CPF: 955.182.154-87, que alegou ser Conselheiro de Alimentação Escolar no município de Rio Largo, incumbido de fiscalizar, periodicamente, as escolas do Ente Municipal, no entanto, Aduz, ainda, que não há veículo automotor para execução de suas atividades. Por fim, informou que a prefeitura de Rio Largo efetuou um pagamento de R\$ 828.294,82 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos) com locação de veículos, no período de janeiro a maio de 2017; e

CONSIDERANDO que a denúncia chegou a esta 2ª Promotoria de Justiça através do Protocolo Unificado de nº 02.2017.00002291-6, encaminhado pelo Procurador-Geral de Justiça de Alagoas;

RESOLVE INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, conforme art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, a fim de apurar a suposta irregularidade na falta de veículos no Conselho de Alimentação Escolar de Rio Largo, bem como, o suposto fato do pagamento de R\$ 828.294,82 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos) com locação de veículos, no período de janeiro a maio de 2017, tendo em vista a necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes da instauração de um possível Inquérito Civil Público. Determino a realização das seguintes diligências iniciais:

- 1) autue-se e registre-se a presente portaria;
- 2) Com relação à falta de veículos no Conselho de Alimentação Escolar de Rio Largo, decido pelo declínio de atribuição à 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, afeto a área da infância e Juventude sobre a tutela de direitos coletivos nesta seara onde se insere o assunto em comento, conforme a Resolução nº 06/2012 do CPJ/AL, razão pela qual decido pela remessa de cópia do presente procedimento ao representante da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, por ter a atribuição de atuar em defesa de todos os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos relativos à educação, assim, declino da atribuição, no que diz respeito à falta de veículos no Conselho de Alimentação Escolar de Rio Largo, em face da 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo;
- 2) No que se refere ao suposto fato de pagamento de R\$ 828.294,82 (oitocentos e vinte e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos) com locação de veículos, no período de janeiro a maio de 2017, solicito a notificação do denunciante, Sr. Alex Fernandes dos Santos, para que traga aos autos os apontamentos específicos quanto à ocorrência de algum ato de improbidade administrativa e/ou desvio de recursos praticados pelo gestor da prefeitura de Rio Largo, referente a este assunto, tendo em vista denúncia genérica sem apontamento específico. Concedo o prazo de 10 dias para o envio das respostas ao Ministério Público;
- 4) o envio de cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Cumpra-se.

Rio Largo/AL, 03/07/2018.

Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura  
Promotor de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DELMIRO GOUVEIA

PORTARIA Nº 03/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96; e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em face do disposto no art. 129, II e III, também da CF; tendo legitimidade, portanto, para adotar medidas administrativas ou judiciais em defesa do meio ambiente natural, cultural e artificial (art. 27, I a IV, da Lei Federal nº 8.625/93);

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Conduta CELEBRADO com a Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia/AL, visando viabilizar a elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, referente ao local em que funcionava o antigo lixão da Cidade, ora encerrado, bem como, para implantar sistemas de coleta seletiva de lixo e assistência aos catadores de lixo, atendendo aos comandos da Lei nº 12.305/2010 e do Decreto nº 7.404/2010, no Município de Delmiro Gouveia/AL;

CONSIDERANDO a Resolução nº 174, de 4 de Julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fulcro no Art. 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) e no Art. 8º, I, da Resolução nº 174, de 4 de Julho de 2017, visando acompanhar o Cumprimento das Cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado nos autos do Inquérito Civil - SAJMP nº 06.2018.00000085-9, razão pela qual DETERMINA de imediato as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria no SAJMP;

Expedição de ofício ao Exmo. Sr. Procurador - Geral de Justiça do Estado de Alagoas, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Juntada de Cópias do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, celebrado nos autos do Inquérito Civil- SAJMP/AL nº 06.2018.00000085-9.

Registre-se e Cumpra-se.

Delmiro Gouveia/AL, 19 de Junho de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES  
Promotor de Justiça - Titular

PORTARIA Nº 04/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 2ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96; e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em face do disposto no art. 129, II e III, também da CF; tendo legitimidade, portanto, para adotar medidas administrativas ou judiciais em defesa do meio ambiente natural, cultural e artificial (art. 27, I a IV, da Lei Federal nº 8.625/93);

CONSIDERANDO que, aos 14(quatorze) dias do mês de Junho do ano de 2018, o Ministério Público firmou Termo de Ajustamento de Conduta com a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Saúde, Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT, Guarda Civil Municipal, Conselho Tutelar, 9º Batalhão de Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Governo, SubProcuradoria-Geral do Município e a Associação dos Vendedores Ambulantes Autônomos de Delmiro Gouveia - AVAADG, visando ajustar normas gerais e específicas para a realização dos Festejos Juninos no Município de Delmiro Gouveia/AL, no ano 2018;

CONSIDERANDO a Resolução nº 174, de 4 de Julho de 2017, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com fulcro no Art. 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) e no Art. 8º, I, da Resolução nº 174, de 4 de Julho de 2017, visando acompanhar o Cumprimento das Cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta, dos Festejos Juninos - 2018 no Município de Delmiro Gouveia/AL, razão pela qual DETERMINA de imediato as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria no SAJMP;

Expedição de ofício ao Exmo.Sr.Procurador - Geral de Justiça do Estado de Alagoas, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Juntada de Cópias do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, dos Festejos Juninos - 2018 no Município de Delmiro Gouveia/AL.

Registre-se e Cumpra-se.

Delmiro Gouveia/AL, 19 de Junho de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES  
Promotor de Justiça - Titular

N° 06.2018.00000634-2

PORTARIA 027 /2018/PJ-SSeba

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através da Promotora de Justiça titular da Comarca de São Sebastião/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127, da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6º, VII, LC 75/93, e art. 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei 7347/85, c/c art. 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de São Sebastião recebeu peças de informações noticiando a prática de lixão a céu aberto no Povoado Porteiros, zona rural do Município de São Sebastião;

CONSIDERANDO a necessidade de outras diligências a fim de vislumbrar um melhor deslinde ao presente caso;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a aplicação da Lei nº 7.347/85, Lei nº 9.605/98, Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e Art. 26, I, da Lei nº 8.625/93;

RESOLVE:

a) Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil, conforme art. 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, haja vista necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público;

b) Determinar as seguintes providências:

b.1) Autue-se e registre-se a presente portaria;

B.2) Cumpram-se os comandos do último despacho;

Solicite-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado;

São Sebastião, 03 de julho de 2018.

VIVIANE KARLA DA SILVA FARIAS  
Promotora de Justiça

N° 06.2018.00000407-7

Portaria N° 0007/2018/PJ-Taqua

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, por intermédio do Promotor de Justiça infrafirmado, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993 e nos arts. 60, I e II, VII, da Lei Complementar Estadual no 15/1996;

CONSIDERANDO a notícia de prática de irregularidades no repasse das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belém, bem como a auditoria realizada pela Receita Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos

interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da

República;

CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e, se necessário, a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO a necessidade de se instaurar Inquérito Civil Público a fim de apurar as condutas supostamente praticadas contra o erário municipal de Belém;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil, com fulcro nos arts. 129, III da Carta Magna, 6º, I da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar nº. 15/96), 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), e, Resolução nº. 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, visando futuras e eventuais providências na defesa do interesse difuso e coletivo em testilha, razão pela qual DETERMINA de imediato as seguintes providências:

a) Registro e autuação no SAJ-MP;

b) Expedição de ofício ao Município de Belém e ao Instituto da Previdência dos

Servidores Públicos do Município de Belém para obter as informações pertinentes;

c) Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, para os fins legais pertinentes à matéria;

d) Remessa de cópia desta Portaria ao Núcleo de Defesa do Patrimônio Público/CAOP, para conhecimento.

Registre-se e cumpra-se.

Taquarana/AL, 07 de junho de 2018

Márcio José Dória da Cunha  
Promotor de Justiça

N° 06.2018.00000561-0

Portaria N° 0008/2018/PJ-Taqua

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, máxime os artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e as disposições da Lei Orgânica Nacional nº 8.625/93 e da Resolução nº 23/ 2007 CNMP;

CONSIDERANDO a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que disciplina, no âmbito do Ministério Público Nacional, a instauração e tramitação do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a notícia de fato trazida ao conhecimento desta Promotoria de Justiça acerca de eventual pagamento de salários a servidores que não exercem os respectivos cargos públicos, bem como possível infração à moralidade administrativa com a possível prática de nepotismo;

CONSIDERANDO a possibilidade de configuração de ato de improbidade administrativa que ofende os princípios que regem a administração pública, que causa dano ao erário e possibilita o enriquecimento ilícito de terceiros, incidindo, assim em ofensa ao disposto nos arts. 9º, 10 e 11, da Lei de Improbidade Administrativa;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público a defesa do Patrimônio Público e da estrita observância dos princípios constitucionais insertos no art. 37, caput, da Constituição Federal, RESOLVE: INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP, destinado a apurar os fatos e responsabilidades decorrentes das informações recebidas no âmbito desta Promotoria de Justiça e para tanto, passo a adotar as seguintes providências:

a) Registro e autuação no SAJ-MP;

b) Expedição de ofício ao Município de Coité do Nóia requisitando informações e documentações devidas;

c) Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, para os fins legais pertinentes à matéria;

d) Remessa de cópia desta Portaria ao Núcleo de Defesa do Patrimônio Público/CAOP, para conhecimento.

e) Solicitação ao Procurador-geral de Justiça no sentido de publicar a presente portaria.

Publique-se. Cumpra-se.

Taquarana/AL, 07 de junho de 2018

MÁRCIO JOSÉ DÓRIA DA CUNHA

Promotor de Justiça

MÁRCIO JOSÉ DÓRIA DA CUNHA  
Promotor de Justiça